

Moçambicanos dificultam aprovação do calendário do processo de paz

A aprovação do calendário revisto do processo de paz moçambicano está a ser mais difícil do que davam a entender o Governo e a Renamo, mas ambas as partes, tal como a ONU, afirmam que se trata apenas de «questões técnicas».

Depois da apresentação, segunda-feira finda, do novo calendário pelo representante especial das Nações Unidas, numa reunião da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), Governo e Renamo deram a entender que não seria muito difícil chegar à sua aprovação e o próprio Aldo Ajello admitiu que o calendário pudesse ser adoptado.

Mas terça-feira, depois de nova reunião da CSC, em que o calendário começou a ser examinado em pormenor, as duas partes levantaram «questões de ordem técnica».

O representante da Renamo, Raúl Domingos, considerou mesmo ser «muito provável» que o acantonamento das tropas não comece em Outubro, como consta do calendário revisado elaborado por Ajello.

«Nós estamos a falar de aspectos técnicos concertados. E nesta concertação é muito provável que haja que se fazer algumas alterações de datas» — acrescentou.

Tanto Raúl Domingos, como os representantes do Governo, Armando Guebuza, e da ONU, indicam que em causa estava o prazo da formação dos instrutores do novo Exército unificado moçambicano em Nyanga, no Zimbábwe, por instrutores britânicos.

Raúl Domingos, chefe do Departamento Político da Renamo, acrescentou que entre os problemas figura também a questão do desarmamento das forças irregulares, tanto privadas como estatais.

O ministro dos Transportes Armando Guebuza e o representante da ONU em Moçambique confirmaram que o calendário apresentado segunda-feira contemplava a questão do desarmamento das forças irregulares, condição levantada anteriormente pela Renamo.

Num comunicado tornado público sobre a Resolução 863 de 13 de Setembro do Conselho de Segurança da ONU, a Renamo insurgiu-se contra a condenação no documento das «tentativas de se acrescentarem

condições ao processo de paz», que o movimento guerrilheiro interpreta como referência à sua exigência de desarmamento das forças irregulares.

Segundo o comunicado, o Acordo Geral de Paz prevê a extinção desses grupos, cujo efectivo é avaliado pela Renamo em cerca de 100 mil homens.

«Não é uma questão de ter medo desses grupos, é uma questão de equilíbrio» — declarou o chefe de Departamento Político da Renamo.

«Nós temos que proceder à desmobilização e não fará sentido nenhum que uma força seja totalmente desmobilizada, enquanto a outra parte possui um grande número de homens armados» — acrescentou Raúl Domingos.

Um completo silêncio rodeia entretanto a questão da formação dos 540 futuros instrutores do futuro Exército moçambicano unificado.

A formação dos primeiros 100 instrutores (metade da Renamo e outra metade do Governo) começou em Agosto, mas os restantes 440 ainda não começaram a ser treinados, apesar de estar previsto que isso acontecesse no início de Setembro.

Fontes da Onumuz dis-

seram que os 220 instrutores da Renamo chegaram já àquele complexo militar no Zimbábwe, com 17 dias de atraso, juntando-se aos 220 do Governo, mas nenhum anúncio oficial foi feito.

Uma reunião da Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), teve lugar quarta-feira, tendo como ordem de trabalhos fazer o ponto de situação sobre Nyanga, segundo uma fonte da Onumuz.

Guebuza declarou que «não podemos ter a certeza de que esse programa de formação dos instrutores irá terminar em Janeiro» como estava previsto.

Ajello afirmou que na reunião de terça-feira não houve confrontações nem discussões, tendo sido realizado um trabalho «muito profissional», mas admitiu que não será na próxima reunião que o calendário será aprovado.

A análise do calendário revisto do processo de paz continuou quinta-feira com a participação dos chefes das delegações do Governo e da Renamo nas Comissões das Forças Armadas, Reintegração dos Desmobilizados e Cessar-Fogo.